



**Construindo Porto Velho: dinâmicas sociais
na origem da cidade**

**Building Porto Velho: social dynamics in
the origin of the city**

Kailayne Santos de Oliveira
Universidade Federal de Rondônia

RESUMO Este artigo tem como objetivo analisar as dinâmicas sociais, que estruturaram a formação da cidade de Porto Velho no início do século XX. A pesquisa fundamenta-se na análise do acervo doado pelo professor Dante Ribeiro da Fonseca e o acervo documental de processos judiciais datados a partir de 1912, preservados pelo Centro Cultural de Documentação Histórica e Memória do Poder Judiciário (CCDHM) do Estado de Rondônia, além da revisão bibliográfica necessária. O trabalho evidencia a complexa composição social da cidade, marcada pela presença de migrantes, imigrantes, trabalhadores braçais e grupos marginalizados, cuja existência é muitas vezes invisibilizada pelos discursos oficiais. A partir da pesquisa feita através do acervo doado e da leitura dos registros judiciais é possível reconstruir aspectos do cotidiano, dos conflitos e das relações que moldaram o espaço urbano de Porto Velho. A análise demonstra como o desenvolvimento da cidade esteve intrinsecamente ligado às contradições do projeto de modernização representado pela Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e revela a persistente segregação social e espacial que marcou sua história. Este estudo tem como fim contribuir para o fortalecimento da memória regional e para uma compreensão crítica dos processos de formação urbana na Amazônia.

Palavras-chave: História Urbana, Porto Velho, Amazônia, Processos Judiciais, Formação Social.

ABSTRACT

This article aims to analyze the social dynamics that structured the formation of the city of Porto Velho in the early 20th century. The research is based on the analysis of the collection donated by Professor Dante Ribeiro da Fonseca and the documentary collection of judicial processes dated from 1912, preserved by the Cultural Center

for Historical Documentation and Memory of the Judiciary (CCDHM) of the State of Rondônia, in addition to the necessary bibliographic review. The work highlights the complex social composition of the city, marked by the presence of migrants, immigrants, manual laborers, and marginalized groups, whose existence is often rendered invisible by official discourses. Based on the research conducted thru the donated collection and the reading of judicial records, it is possible to reconstruct aspects of daily life, conflicts, and relationships that shaped the urban space of Porto Velho. The analysis demonstrates how the city's development was intrinsically linked to the contradictions of the modernization project represented by the Madeira-Mamoré Railroad and reveals the persistent social and spatial segregation that marked its history. This study aims to contribute to the strengthening of regional memory and to a critical understanding of urban formation processes in the Amazon.

Keywords: Urban History, Porto Velho, Amazon, Judicial Processes, Social Formation.

INTRODUÇÃO

A compreensão das dinâmicas que estruturam a sociedade exige a análise dos múltiplos fatores que determinam a constituição dos espaços urbanos e das relações sociais que neles se estabelecem. Este artigo visa explanar e se aprofundar na diversidade de grupos sociais que participaram do começo de Porto Velho, assunto tratado em variados artigos, especialmente sobre seu vizinho na época, o município de Santo Antônio do Rio Madeira que teve grande relevância e impacto para a formação de Porto Velho. Conforme o autor Dante Fonseca “A maioria dessa população nesse tempo ou era composta dos índios bolivianos, que serviam como remeiros ao transporte no rio Madeira até aquele ponto, ou pessoas de muitos cantos do mundo”; assim, as bebedeiras, brigas, assassinatos, roubos, jogatina e prostituição eram corriqueiras na pequena povoação (Bouzas, 1950, p. 31; Cortizo, 1950). Tais episódios podem ter sido provocados por muitos aventureiros que para ali se deslocaram, atraídos pelo dinheiro trazido pela ferrovia e pela goma elástica (Fonseca, 2017, p. 69). Nesta mesma conjuntura, o tenente Lobato Filho (1957, p. 31-32) observa o cenário de Santo Antônio e o avalia da seguinte maneira: “Poucas famílias, muitos aventureiros e elementos de passagem, bordéis com prostitutas desordeiras e de aparência repugnante”.

Os questionamentos que norteiam a produção deste artigo surgiram a partir do estágio desta autora pelo período de dois anos no Centro Cultural de Documentação Histórica e Memória do Poder Judiciário (CCDHM). À medida que realizava o inventário do acervo da instituição, deparava-me com diversos processos judiciais

datados de 1912 em diante, relacionados aos mais variados aspectos da povoação de Porto Velho e de seus arredores. Tratavam-se de registros de situações cotidianas, como brigas entre moradores, cobranças, inventários, habeas corpus, alvarás, arrolamentos, processos de tutela entre outros. Durante o inventário, a cada processo, emergiam das páginas as histórias reais, narradas pelos escrivães do judiciário que, após o juramento de dizer somente a verdade, redigiam manualmente com letra cursiva e floreada, palavra por palavra, os depoimentos das testemunhas e de todas as partes envolvidas nas audiências. São personagens que estiveram presentes na criação e no desenvolvimento da vila que, em pouco tempo, se tornaria a cidade mais populosa da região dessas bandas longínquas amazonenses, pessoas que sumiram da história deixando poucos vestígios da sua passagem. As páginas em processos judiciais preservaram fragmentos da vida e do cotidiano dessa gente. Foi a partir desse contato com a documentação e da leitura do questionamento levantado por Fonseca (2017, p. 71) que se delinearam as reflexões que fundamentam este trabalho: “Quem eram essas pessoas? Em que trabalhavam? Como viviam? Parece ser impossível responder a essas perguntas. Eram os anônimos, os sem rostos.”

O historiador britânico Edward Palmer Thompson (1997, p. 56) salienta a importância do estímulo antropológico na História que, se bem não tem seu efeito na construção de modelos, contribui na identificação de novos problemas, na percepção de velhos problemas com novos olhos, na ênfase de normas ou sistemas de valores e rituais, na atenção às funções expressivas das várias formas de motim e revolta, e nas expressões simbólicas de autoridade, controle e hegemonia.

Considerando a proposta analítica de Thompson, este artigo propõe inteirar-se e analisar o corpo social que formou Porto Velho, estabelecendo um diálogo entre a generosa doação bibliográfica do ilustríssimo professor Dr. Dante Ribeiro da Fonseca e o acervo documental pertencente ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, resguardado pelo Centro Cultural e de Documentação Histórica e Memória do Poder Judiciário do Estado de Rondônia (CCDHM).

O Centro Cultural mantém a guarda destes processos desde o ano de 1999, quando a resolução 017/99 instituiu a criação do Centro de Documentação Histórica do Judiciário de Rondônia (CDH). Através dos processos disponibilizados¹ é possível encontrar uma variedade de documentos judiciais criminais e cíveis datados a partir do ano de 1912, nos quais surgem, de carne e osso, os membros da comunidade que moravam na região naquele período. São processos de arrolamento, homi-

cídio, agressão e brigas, que servem como meios para elucidar a “profundidade dos conflitos e contradições gerados das relações sociais implantadas na selva” (Paiva, 2020, p. 181).

Nesse sentido, a formação da cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, oferece um exemplo emblemático dos processos históricos de ocupação territorial na Amazônia. Fundada no ano de 1914, no início do século XX, no contexto da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), a urbe teve sua origem fortemente condicionada por interesses econômicos internacionais (especialmente durante o ciclo da borracha) e pelas estratégias geopolíticas de inserção da região amazônica no projeto de desenvolvimento nacional. Desse modo, a análise da criação de Porto Velho permite compreender como a composição social e urbana resulta de interações complexas entre fatores históricos, econômicos, políticos e ambientais, evidenciando a inseparável relação entre sociedade e espaço.

Entende-se por “espacialidades” as “novas maneiras de reconstrução da existência”, na medida em que surgem “dentro de um macro sistema que determina a existência humana segundo interesses dominantes” (Colucci e Souto, 2011, p. 117-118). A demarcação dos espaços e a formação das relações sociais se deram conforme as necessidades das pessoas que se estabeleceram no local, influenciadas pelo trabalho exercido, pela busca de oportunidades comerciais e/ou financeiras, pela melhoria de vida ou, até, para fugir de seus locais de origem onde poderiam ter cometido crimes. Deste modo, conforme foi possível avançar na leitura e análise dos documentos, foram surgindo a reflexão sobre o processo da formação social dos inícios de Porto Velho.

Ana Carolina Monteiro Paiva (2020, p. 181) promove a discussão através de dois eixos, os espaços e as relações sociais, no intuito de entender como a classificação, combinação e divisão dos trabalhos condicionam a um “viver” cotidiano, alinhado (mas também burlado pelos agentes históricos) aos interesses de disciplinarização no ambiente de trabalho, moradia e lazer. Paiva descreve em sua tese a estrutura que configurava a EFMM, na qual, a ocupação dos espaços se dava conforme transcorria esse viver cotidiano em diálogo/tensão com os interesses de disciplinamento. Thompson (2001, p. 211) reflete sobre a sociedade inglesa do século XVIII, afirmando que “o direito é uma mediação específica e um terreno de oposição de classes”. Menghi faz referência a essa tensão quando afirma:

Todos ficavam admirados com a modernidade na selva. Mas não contavam com o fato de que além das instalações da Ferrovia começasse a surgir um monte de barracas, construídas desordenadamente por pessoas que não tinham nada a ver com a ferrovia. Ali tinha gente que tinha rompido o contrato com a empresa, seringueiro que não queria mais ser seringueiro, veio tudo se juntando aqui. E também veio muita gente de Santo Antônio. O povo começou a se mudar para o novo povoado que estava surgindo, porque na realidade Santo Antônio era uma zorra. Era um empório comercial rodeado de cabarés e com bolivianos aos montes. O pessoal começou a se mudar e o Farquar mandou expulsar, dizendo que eram invasores. Mas eles diziam não ser invasores, porque as terras eram de Humaitá. Não arredaram o pé (Menghi, 2015, p. 23).

Desta forma se iniciou um processo de separação social tão profundo que deixou resquícios na memória dos residentes, nos espaços sociais (ou desaparecimentos deles) e em páginas de variados processos judiciais da região. O interesse de produzir este artigo parte da necessidade de resgatar e compartilhar um recorte da história regional que ainda é pouco divulgado e conhecido, de acordo com o historiador Dante Ribeiro da Fonseca, em entrevista concedida ao escritor Renato Menghi (2015, p. 39): “O que se lê sobre a história da Amazônia é muito superficial. Na verdade, o que chamamos de História do Brasil não é história do Brasil, mas história regional do litoral brasileiro. Os livros dos estudantes não apresentam uma história orgânica de todo país”.

Para debater esse tema, é necessário contextualizar que Porto Velho crescia rapidamente, recebendo pessoas das mais diversas origens geográficas, sociais, étnicas, econômicas, religiosas desse modo tratava-se de um aglomerado urbano que ia organizando sua vida ao redor da EFMM. As casas e os comércios surgiam para dar resposta imediata às necessidades que iam se apresentando; sem planejamento urbano, tudo era feito segundo as possibilidades e materiais precários dos moradores, havendo casas de zinco e de palha, entre outras. Essa povoação crescia alheia às diretrizes das autoridades da ferrovia.

Pela documentação consultada, inicialmente, percebe-se que havia um abandono e um desprezo implícito em relação aos vizinhos considerados “indesejados”. Existia uma contradição velada entre o discurso oficial de integração e modernização, e a realidade concreta da população trabalhadora e migrante, cuja marginalização não era abertamente admitida, mas estava presente nas práticas cotidianas e nas formas de organização do espaço urbano. Para a época, segundo

Abnael Machado de Lima (residente em Porto Velho), em entrevista concedida a Menghi (2015, p. 24), foi construído “um alambrado em cima do que é hoje a Presidente Dutra”. A rua ficou conhecida como a Avenida da Divisória, ficando estabelecido que a faixa de terreno entre a divisória e a caminho do rio pertencia a EFMM, enquanto que o território desde a divisória até os limites do Estado do Mato Grosso pertencia aos brasileiros. Assim como nas memórias de Lima, a delimitação do espaço estipulou também uma delimitação e distanciamento social, separando o projeto modernizador da EFMM e a ocupação espontânea dos terrenos vizinhos. De acordo com Fonseca (2014, p. 22), essa separação foi validada por conceitos vigentes no período, tais como a ocidentalização e o etnocentrismo.

Para Edward Thompson, é fundamental manter o conceito de “classe” como um “corpo de pessoas” que compartilham as mesmas “categorias de interesses, experiências sociais, tradição e sistema de valores” que possuem “disposição para se comportar como classe”, definindo a si próprio “em suas ações e em sua consciência em relação” aos outros (THOMPSON, 2001, p. 169). Tal ferramenta teórico-metodológica ajudará a identificar as práticas e percepções desses setores sociais, retratados nos processos judiciais, que ficaram para além da Divisória, ocupando espaços sem seguir um planejamento urbano determinado nem as diretrizes do poder público ou dos diretivos da EFMM.

Nogueira (2008, p. 33) traz pontos relevantes em sua tese ao relatar o modo como eram empregados os conceitos de higienização para coibir as práticas consideradas impróprias no meio social de Porto Velho. A autora relata a dificuldade em estabelecer uma ordem geral que se aplicasse a todos:

Pode-se verificar que o ordenamento proposto à urbe não se aplica a toda ela. À cidade de Porto Velho já nasce dupla, isto é, trazendo como marca principal antagonismo social e espacial. Ao nascer, já demonstrava, aos seus mais atentos atores sociais, que o discurso de moderna e funcional se descompunha, na prática, nos bairros pobres e miseráveis que se formavam, na primeira metade do século XX. O subúrbio tornou-se, em Porto Velho, um modelo alternativo de sobrevivência à vida urbana e foi visto como forma de territorialidade reivindicada pelas marcas culturais traçadas nas áreas periféricas (Nogueira, 2008, p. 48).

Fonseca (2017) esclarece da seguinte maneira:

Contudo, qualquer proposta de construção de “uma cidade ideal” é, necessariamente, política, na medida em que envolve ampla gama de interesses sociais diversos. Nesse caso, as propostas de

renovação do urbano, prescreviam o afastamento da pobreza do centro da cidade. Os proletários com seus hábitos e modo de vida, constituíam um transtorno, quando não uma ameaça pública.

Era necessário separar o moderno do arcaico, mas ao mesmo tempo, tornar moder

no o arcaico. As propostas de modernização avançaram no sentido de transformar uma massa proletária que, dos campos e da periferia do capitalismo, fazia crescer as cidades. Era necessário também urbanizar o proletariado, domesticá-lo inseri-lo à nova ordem, que frequentemente recebia o nome de civilizar (Fonseca, 2017, p. 166).

Deste modo, para organizar e controlar a povoação que se desenvolvia livremente na região ao redor da EFMM, de acordo com Nilza Menezes (1999), em 1912, se iniciou a instalação da Comarca de Santo Antônio do Rio Madeira que respondia ao Estado do Mato Grosso enquanto a parte judiciária de Porto Velho respondia ao Amazonas, estando sua comarca mais próxima em Humaitá. É necessário compreender que, com a proximidade das duas cidades, era comum a presença de inquéritos e de ações judiciais ocorrerem em Santo Antônio no início da povoação de Porto Velho.

Segundo Paiva (2020), através dos processos judiciais, é possível identificar:

As informações coletadas nos inquéritos, mesmo que não contribuíssem para a resolução do caso, registravam os denunciante, acusados, vítimas, testemunhas a partir de seus nomes, nacionalidades, profissões, idades e moradias. Com isto, é composto uma espécie de recenseamento (Paiva, 2020, p. 193).

Os processos judiciais revelam as contradições intrínsecas ao projeto de ordem da administração da EFMM, independentemente do assunto presente nos inquéritos policiais, testemunhando a realidade social de Porto Velho de começos do século XX e deixando em evidência que a “cidade ideal” não se efetivava de maneira plena no cotidiano da “cidade real”. Trarei alguns processos decorrentes desse período para elucidar o cotidiano da comunidade, iniciando pelo processo de numeração 00002, datado no ano de 1914, em Porto Velho, onde José de Pontes, comerciante da região, faz uma queixa contra Maria do Carmo, uma mulher portuguesa que a única referência feita às suas características, além de ser estrangeira, é a de ela ser “amazia”¹ de Alfredo Guedes Baptista. Devido aos seus 111 anos de existência, o estado de conservação do documento não permite identificar alguns trechos iniciais do processo e, ao longo de suas sete páginas, não contém o desfecho.

¹ Amazia é apessoa que mantém relação íntima com outra, vivendo em concubinato. O termo pode ter conotações negativas em alguns contextos, sendo usado também para referir a amantes.

Porém, a parte legível e menos danificada trata do depoimento de José, quem afirma que às 07:00 horas, ele encontrava-se no mercado realizando suas atividades, quando Maria do Carmo o teria difamado publicamente, utilizando palavras ofensivas, além de ter um comportamento agressivo contra ele ao lhe dar uma bofetada no mercado público aos olhos de todos os presentes. A razão da raiva de Maria do Carmo seria que a mesma afirmava que a carne de gado que José vendia era de um boi que havia morrido no igarapé e estaria em mau estado de conservação. José, em seu depoimento garantia que o boi tinha sido abatido dentro do perímetro que pertencia à EFMM, onde o sujeito teria “posse” e, para prová-lo, solicitava que fossem ouvidos os guardas que trabalhavam no pátio da ferrovia,²

Este caso evidencia um pequeno desalinho social que demonstra uma grande falha no projeto da *company*:

De todas as cores e nacionalidades. Era esse o lado da cidade mantido à distância física por uma linha divisória transponível, mas, socialmente, pelas intransponíveis fronteiras do preconceito e da exploração. Composto pela “escória” que buscou a sobrevivência, ou foi exilada no Madeira. Passaram a viver em simbiose (Fonseca, 2014, p. 48).

Nessa mesma linha, encontra-se o documento 00001-19163 que versa sobre um processo de habeas corpus impetrado pelo advogado José Joaquim Guerra, para o paciente (preso) Francisco Trocoli, italiano, viúvo, residente em Porto Velho, onde tinha uma padaria e exercia a profissão de padeiro, segundo testemunhas Trocoli teria levado uma surra de Maximiano Assumpção (não se especifica o motivo), quem teria voltado à noite para brigar novamente com o padeiro. Em um dado momento da discussão acalorada, segundo Trocoli e as testemunhas ouvidas, o padeiro teria usado de uma espingarda calibre 16 para desarmar Maximiano que estaria com uma arma em punho e tentando forçar a passagem para dentro da casa de Trocoli. Segundo o relato do próprio italiano, teria dado um tiro na mão do intruso para se defender. Uma das testemunhas, também um sujeito italiano e vizinho próximo do padeiro, de nome João Espadari conforme escrito pelo escrivão, confirmou ter ouvido o disparo de tiro e ter se aproximado pela rua Barão do Rio Branco e teria chegado a ver Maximiano na rua com um ferimento na mão e no ventre. Espadari era casado, de 41 anos e artista de profissão. A segunda testemunha apresentada foi

2 Ver: Pontes, José de (queixoso). Processo criminal (queixa). Juízo da Comarca de Porto Velho nº 00002. Plataforma Atom. CCDHM/TJRO, 1914.

3 Guerra, José Joaquim (impetrante). Processo criminal (habeas corpus). Juízo da Comarca de Santo Antônio do Rio Madeira nº 00001. Plataforma Atom. CCDHM/TJRO, 1916.

Manoel Estevão, natural da Parahyba do Norte, agricultor e viúvo que confirmou a versão de Espadari sobre os fatos relatados. No decorrer do processo, utiliza-se o termo “homicídio”, levando a crer que Maximiano não sobreviveu aos ferimentos. As referências feitas sobre a fisionomia do ferido se referem somente à cor de pele, já que em várias afirmações contidas no processo diz que Trocoli havia “dado um tiro num preto”. O processo mostra que a violência e a selvageria tão temidas pelas elites não se mantiveram à margem da vida em Santo Antônio, estando presentes e acompanhando o cotidiano da nova cidade que crescia contraditória desde suas origens.

No processo 00003, onde é realizado um sumário de culpa no ano de 1921, o réu José Dionizio responde pelo assassinato de um ex companheiro de trabalho, Martinho Gonçalves. Segundo o promotor, o motivo era frívolo: José teria atacado Martinho com golpes de terçado. Segue a transcrição de parte do processo:

O promotor público desta comarca, no foro na data, vem denunciar de José Dionizão, brasileiro, solteiro, agricultor, com 30 anos de idade, natural da Parahyba do Norte, residente no Alto da Favella, não sabendo ler e escrever, pelo delito que passa a expor: Às 17 horas do dia 30 de julho último, José Dionizão fez com um terçado em Martinho Gonçalves de Souza, no ‘Alto da Favella’, à porta do quintal da casa deste, aonde se dirigira.

O incidente ocorreu próximo ao quintal da casa da vítima, no Alto da Favela. Segundo a denúncia, José Dionizão teria agido por vingança, acreditando que Martinho o havia acusado de furtar um anel. Após uma discussão, José Dionizão atacou resultando na morte de Martinho.⁴

O documento menciona o bairro Alto da Favela, o que é de extrema relevância porque, segundo Fonseca (2014, p. 76), junto com o Mocambo, são os embriões dos bairros da cidade e eles acabaram desenhando a forma em como foram se constituindo socialmente e adotando denominações segundo a constituição social particular de cada um.

O processo de 00001, datado em 1921, traz uma informação substancial para a composição da discussão que proponho neste artigo. Trata de um crime de homicídio praticado por João Januário de Freitas, 35 anos, natural de Parahyba do

⁴ Dionizão, José (réu). Processo criminal (homicídio). Juízo da Comarca de Porto Velho nº 00003. Plataforma Atom. CCDHM/TJRO, 1921.

Norte, agricultor, que residia em Porto Velho no local chamado Bate-Estaca.⁵ Em seu termo de confissão, é adicionada a informação de que esse bairro se situava no subúrbio da cidade. Fonseca (2014) relata que:

Apesar das tentativas de ordenamento urbano levadas a efeito pelo primeiro superintendente, o lado oposto à banda da ferrovia era vivamente realçado, pelos transeuntes do início do século, como a parte indigente da cidade. O caos em contraste com a ordem fabril era espantoso. Mas em que consistia esse caos? Apenas ao fato da cidade possuir uma infraestrutura insuficiente? A resposta é não. Raimundo Moraes descreveu Porto Velho em 1918 como uma cidade à *far-west* (MORAES, 1960, p. 175). E quais elementos que assimilou ao faroeste encontrou aqui o viajante? O elemento humano, o autor pouca atenção dá aos elementos da infraestrutura urbana. Em compensação destina uma especial atenção à variada “fauna” residente, seus moradores (Fonseca, 2014, p. 71).

As informações do processo coincidem com a avaliação do historiador Fonseca (2014, p. 75), ao descrever a cidade como “um núcleo de povoamento em plena selva, sem os confortos que o pequeno núcleo ferroviário fornecia aos seus moradores”. Havia uma necessidade em proteger a imagem da EFMM; porém, a população que os cercava vivia conforme seus próprios costumes e possibilidades, desenvolvendo um modo de vida “desordenado” aos olhos da *company* que não conseguia mitigar seu crescimento.

Antes de avançar para as considerações finais, faz-se necessário apresentar a análise de um último processo judicial, se tratando de um processo cível de arrolamento no ano 1914 da falecida Josephina Maria Alves. A mulher tinha falecido de uma moléstia contagiosa, segundo consta nos autos do processo. A falecida tinha deixado poucos pertences e Vulpiano Machado, em seu relatório, após análise, os considerava “bens de pouca importância”, encaminhando-os para a incineração como uma forma de garantir a desinfecção e evitar contágios. No documento, ele afirma que ninguém arremataria aqueles itens. Nada mais é dito sobre Josephina no processo. Cabe a pergunta: quais seriam suas origens? Aparentemente não possuía família e vivia de forma humilde. Não consta sua idade e nem sequer alguma informação a mais que deixe rastros da mulher. Josephina desapareceu junto com seus esparsos pertences incinerados. A única prova de sua existência se encontra nesse documento que resiste ao tempo e preserva sua presença nesse período

histórico.

5 Freitas, João. Janeiro de (réu). Processo criminal (homicídio). Juízo da Comarca de Porto Velho nº 00001. Plataforma Atom. CCDHM/TJRO, 1921.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises realizadas sobre processos judiciais de começos do século XX em Porto Velho, ao longo deste artigo, em estreito diálogo com diversos autores que pesquisam a história local e história social, é possível concluir que os grupos sociais iniciais que formaram Porto Velho, em sua maioria, estavam integrados por pessoas de baixo ou nenhum estudo, muitos tinham baixíssima expectativa de vida (em particular aqueles que moravam ao redor da EFMM não vivia, sobrevivia marginalizado e excluído), era uma mistura de povos migrantes e imigrantes, comerciantes, agricultores, seringueiros, agentes do serviço público e demais profissões.

Porém, essa comunidade diversa era totalmente alheia aos desejos das figuras destacadas da cidade de ter seus integrantes esquecidos e apagados. Foi uma população que resistiu, permaneceu e que hoje é possível encontrar resquícios de suas vidas, seu cotidiano e suas vivências nessa antiga Porto Velho nos processos judiciais.

Seguindo a perspectiva de Fonseca (2014, p.77), quando manifesta que há a necessidade de resgatar essa face da história, as particularidades desta população porque, como autor coloca, elas constituem o universo dos sem rostos ou a fisionomia comum do peão, em sua luta contínua pela sobrevivência. Transmito esses fragmentos da história regional local com apreço ao que representa esse achado e ao que ainda vai significar futuramente, dando frutos a novas pesquisas e aos aprofundamentos necessários.

Este artigo foi produzido a partir do acervo doado ao Tribunal de Justiça do estado de Rondônia, pelo professor Dr. Dante Ribeiro da Fonseca, no qual constam 1.477 obras, sendo elas fontes de valiosas informações sobre a História Amazônica. Essa pesquisa foi concebida para o Edital de Concurso de Artigos “História de Rondônia, da Justiça e da Amazônia”, utilizando a abordagem temática intitulada “História da região onde hoje está localizado o Estado de Rondônia, com enfoque jurídico, social ou institucional”, desta forma, foi escolhido o enfoque social. Para esta pesquisa foram utilizados os livros listados a seguir:

- FONSECA, D. R. **Estudos de História da Amazônia** (2014)
- FONSECA, D. R. **In idem flumen: As povoações do rio Madeira e a origem de Porto Velho** (2017)
- MENGHI, R. **Porto velho: Cidade centenária, porto entrevistado** (2015)

Foi possível obter acesso aos livros na sala de cultura no prédio do Centro Cultural e de Documentação Histórica e Memória do Poder Judiciário (CCDHM), sala que possuía dois grandes armários com variadas opções de livros que tratavam da história local e demais temas propostos para esse concurso de artigos, onde foi possível utilizar e manusear os livros, realizar encontros no auditório do Centro para reuniões e debates relacionados às pesquisas.

- REFERÊNCIAS** <https://ccdhtjro.jus.br/> Pontes, José de (queixoso). Processo criminal (queixa). Juízo da Comarca de Porto Velho nº 00002. Plataforma Atom. CCDHM/TJRO, 1914.
- Guerra, José Joaquim (impetrante). Processo criminal (habeas corpus). Juízo da Comarca de Santo Antônio do Rio Madeira nº 00001. Plataforma Atom. CCDHM/TJRO, 1916.
- Dionizio, José (réu). Processo criminal (homicídio). Juízo da Comarca de Porto Velho nº 00003. Plataforma Atom. CCDHM/TJRO, 1921.
- Freitas, João Januário de (réu). Processo criminal (homicídio). Juízo da Comarca de Porto Velho nº 00001. Plataforma Atom. CCDHM/TJRO, 1921.
- Alves, Maria Josephina. Processo cível (arrolamento). Juízo da Comarca de Santo Antônio do Rio Madeira. Plataforma Atom. CCDHM/TJRO, 1914.
- DICIO. Dicionário On line de Português. Disponível em: [https://www.dicio.com.br/amasia/#:~:text=substantivo%20feminino%20Quem%20mant%-C3%A9m%20uma,\(origem%20da%20palavra%20am%C3%A1sia\)](https://www.dicio.com.br/amasia/#:~:text=substantivo%20feminino%20Quem%20mant%-C3%A9m%20uma,(origem%20da%20palavra%20am%C3%A1sia)). Acesso em: 28 jun. 2025.
- ~~Bouzas, Benigno Cortizo. **Del Amazonas al infinito**. Recife: Diário da Manhã, 1950.~~
- COLUCCI, Danielle Gregole. Souto; MEIRA, Marcus Magno. **Espacialidades e territorialidades**: conceituação e exemplificações. Belo Horizonte: Geografias, 2011.
- FONSECA, Dante Ribeiro da. **In idem flumen**: As povoações do rio Madeira e a origem de Porto Velho. Porto Velho: Nova Rondoniana, 2017.
- FONSECA, Dante Ribeiro Da. **Estudos de História da Amazônia**. Porto Velho: Nova Rondoniana: 2014, Vol. I.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LOBATO FILHO. (Gal.) **Avançai para o Jamarí**: a comissão Rondon nas selvas do Alto Madeira. Rio de Janeiro: s/d., 1957.

MENEZES, Nilza. **Memória Judiciária** – História do Judiciário de Rondônia no século XX. Porto Velho: Gráfica do Tribunal de Justiça de Rondônia, 1999.

MENGHI, Renato. **Porto velho: Cidade centenária, porto entrevistado**. Porto Velho: Editora, 2015.

NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno. **A construção do espaço social em Porto Velho na primeira metade do século XX** – Um olhar através da fotografia. (Dissertação). Porto Velho: Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2008.

PAIVA, Ana Carolina Monteiro. **Trabalho e cotidiano na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1919)**. (Dissertação). João Pessoa: UFPB, 2020.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2002

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward P. **Historia Social y Antropología**. 1997

THOMPSON, Edward P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. (Org. de Antônio Luigi Negro e Sergio Silva). Campinas: Ed. Unicamp, 2001.